

## DOSSIÊ “EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS”

### APRESENTAÇÃO

Pensado a partir de uma colaboração entre a Revista Educação (ISSN 1980-6469), da Universidade de Guarulhos (UnG), e o Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), este dossiê reúne trabalhos dedicados a compreender, divulgar, difundir e aprofundar o tema da educação em direitos humanos, considerando os seus aspectos históricos, políticos, jurídicos, ideológicos, sociológicos e culturais, e que reflitam os seus desdobramentos nas temáticas de gênero, classe e raça; considerando a educação não apenas enquanto um direito, mas especialmente enquanto um mecanismo de garantia e promoção da dignidade de todos os seres humanos e da construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O artigo Educação em direitos humanos nas escolas brasileiras: contexto, possibilidades e desafios, escrito por Robério Gomes dos Santos (UnIVS), Liliane Gomes dos Santos (UnB) e Antônia Gabrielly Araújo dos Santos (UFCA) é produzido por pesquisadores de três universidades, com metodologia de pesquisa bibliográfica e documental. Analisa a educação em direitos humanos, educação, direitos humanos e o plano nacional de educação em direitos humanos, utilizando-se da abordagem qualitativa, explicativa e descritiva, expressando a necessidade de amplos conhecimentos sobre as temáticas.

Tâmara Silene Moura de Jesus (UNIT) escreveu o artigo intitulado: A violência como resposta à intolerância: bullying religioso na escola e responsabilidade civil. Com a metodologia da pesquisa bibliográfica, a autora discute o bullying como fenômeno social, que está diretamente interligado com a sociedade, com as instituições sociais e com os reflexos deste no ambiente escolar.

O artigo O papel da educação na luta anticolonial: um movimento contra-hegemônico dos direitos humanos, de autoria de Bruno Teixeira Lins (UNIT), Caio Gonçalves Silveira Lima (UNIT), Ilzver de Matos Oliveira (PUC/PR) e William Timóteo (PUC/PR), tem por objetivo estabelecer uma análise acerca da necessidade de um modelo educacional dialógico e crítico para o processo de luta anticolonial e contra-hegemônico. A sua metodologia de pesquisa foi de cunho bibliográfico e dialético, no tocante à contradição apresentada entre diferentes métodos educacionais.

O direito fundamental de acesso aos meios tecnológicos como forma de inclusão social de políticas públicas educacionais foi escrito por Daniel Barile da Silveira (Universidade de Coimbra), Carlos Henrique Miranda Jorge (Unimar) e Nayara Costa Guimarães (UEG). Os autores desenvolvem a metodologia de análise bibliográfica e documental, embasada em fontes doutrinárias e legislações. Assim, buscam demonstrar como a educação vem fazendo parte essencial do desenvolvimento humano.

No trabalho denominado O conhecimento sobre perpetradores de violações como impulsor da educação em direitos humanos: o caso da ditadura militar brasileira, dos autores Alexander de Carvalho Silva (UFPB) e Edna Gusmão de Góes Brennand (Université Paris I Panthéon Sorbonne), há uma discussão sobre o conhecimento das violações aos direitos humanos para a educação em direitos humanos. Dentro desse contexto, apresenta os resultados da pesquisa documental sobre perpetradores de violações na ditadura militar brasileira, a partir dos documentos do

Ministério Público Federal.

A importância dos arquivos DOPS-PR na construção de uma memória da educação, de autoria de Valquiria Elita Renk (PUC/PR), Julia Aliot d Costa Ilkiu (PUC/PR) e Rivaldo Dionizio Cândido (PUC/PR), que realizam uma reflexão a partir de dados coletados nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social no Paraná – DOPS-PR, que se constitui em um espaço de pesquisa e construção de uma memória sobre a educação e direitos humanos. É uma pesquisa documental, sendo fonte a Coleção Dossiês da DOPS, que expressam as violações realizadas no período estudado.

O artigo de Orisell Richards Martínez (Facultad de Derecho de la Universidad de La Habana), intitulado Igualdad de género: otra premisa para la reforma de la administración pública, apresenta o enfoque de gênero no contexto ibero-americano e busca desenvolver uma abordagem de igualdade, como uma premissa para a reforma da administração pública no cenário atual. Assim, partindo de alguns dos pressupostos básicos para a análise da igualdade de gênero na administração pública, parte-se dos avanços e desafios evidentes no contexto ibero-americano, bem como da importância das reformas para institucionalizar a perspectiva de gênero.

O artigo denominado Programa de assistência estudantil e os desafios para a permanência no ensino superior, de autoria de Kathiurcia Montovanelli Cazotti Câmara (UFES) e Isabel Matos Nunes (UFES), analisa o contexto da prática da implementação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo (PROAES-UFES), no Centro Universitário Norte do Espírito Santo, tendo como universo pesquisado todos os alunos ativos e inativos do campus, compreendendo o período de 2006 a 2020.

Os autores Caroline Terrazas (UNIFESP), Maria Sylvia de Souza Vitale (UNIFESP) e Bruno Rafael de Matos Pires (UNIFESP) apresentam o texto Jovens imigrantes e o estigma social, que tem por objetivo identificar a produção científica sobre jovens imigrantes e o estigma relacionado ao fenômeno da imigração, como uma questão social complexa, que envolve aspectos relacionados aos direitos humanos, saúde, educação e cultura dessa população. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura publicada entre janeiro de 2010 e abril de 2021, nas bases de dados SCIELO, BVS, PubMed e Periódicos CAPES, nos idiomas português, espanhol e inglês.

No artigo Infâncias, juventudes e direitos humanos: um estudo das políticas públicas da cidade de Curitiba, de Mirian Célia Castellain Guebert (PUC/PR) e Marcos Vinicius Teixeira Siqueira (PUC/PR), surge a discussão da concepção de infância e adolescência que perpassa o avanço educacional, buscando identificar as características das políticas públicas destinadas à infância e juventude na cidade de Curitiba, bem como promovem sua dignidade. A partir da metodologia de análise do conteúdo, constatou-se que as políticas públicas do município se caracterizam primordialmente por aplicações intersetoriais.

O artigo denominado Políticas públicas de educação básica inclusiva sob a ótica da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, Andrea Claudia Volpato (PUC/PR) e Marcia Regina Chizini Chemin (PUC/PR), visa compreender o cenário da educação no Brasil, quanto à inclusão de pessoas com deficiência, com foco na educação como direito de todas as pessoas e dever do Estado, refletindo sobre a perplexidade de a educação inclusiva ainda não ser uma realidade no país. O objetivo do estudo foi de verificar se o conteúdo da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos é encontrado no teor das políticas públicas educacionais brasileiras. Procedeu-se pesquisa documental, exploratória e qualitativa em um recorte temporal de 1985 até o presente. Foram exploradas, por meio da análise do conteúdo, a presença da educação inclusiva nos princí-

pios da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, no Plano Nacional de Educação de 2014 e no Plano Nacional da Educação Especial de 2020.

E, por fim, temos uma resenha da obra *Diferentes, não desiguais*: a questão de gênero na escola, de Beatriz Accioly Lins, Michele Escoura e Bernardo Fonseca Machado, lançado pela editora Reviravolta, em 2016, realizada por Marcelo Limão Gonçalves (UNIFESP), que lança luz às ideias e conceitos principais, bem como inclui como despertar o desejo da leitura completa da obra nas pessoas que, de maneira direta ou indireta, estão envolvidas no processo de transformação da sociedade a partir da escola.

Assim, apresentada esta edição da Revista, esperamos que possam desfrutá-la, pois, a superação da hegemonia dos direitos humanos presente num sistema que herdou características coloniais só pode ser atingido pelas próprias partes marginalizadas, uma vez que a solução para a ideologia da desumanização se faz mediante a conscientização da própria classe oprimida, não através de um processo individual, mas coletivo, de quebra dos dogmas anteriormente impostos pela força dominante.

Nesse sentido, o papel da educação crítica e libertadora não se encerra na quebra com o sistema hegemônico, mas torna-se ao desenvolvimento de uma pedagogia específica, voltada para a universalização dos direitos humanos e para a própria preservação da humanidade. Boa leitura!

#### **Os organizadores**

Ilzver de Matos Oliveira  
Mirian Célia Castellain Guebert  
Valquíria Elita Renk  
William Timóteo